

6. A relação entre escola e comunidade em Teko Haw

Uma das questões norteadoras do presente estudo aponta para a compreensão da relação entre escola formal da aldeia Teko Haw e a comunidade indígena da aldeia homônima, questão esta que já foi respondida de forma inicial no capítulo anterior quando se enfocou a cultura escolar que, muitas vezes, é reflexo da relação que se trava entre escola e comunidade. De pronto, pode-se afirmar que há certo distanciamento do professorado que atua na escola da vida da aldeia, apesar de existirem exceções. Este distanciamento pode ser ilustrado, por exemplo, pela observação de situações bem como das disciplinas ministradas.

A matriz curricular das escolas das aldeias do Gurupi apresenta somente duas disciplinas que, em tese, tratariam de temas voltados para a vida, para o cotidiano das aldeias ou para o conhecimento que na aldeia se desenvolve. São elas: ensino da Língua Tembé e Cultura e Cidadania, desta, a proposta é tratar das tradições do povo Tembé, de suas festas e crenças. Estas disciplinas teriam a função de demonstrar o grau de envolvimento da escola com a vida da comunidade, no entanto, o cotidiano da relação não ajuda a comprovar esta proximidade e muitas vezes evidenciam as tensões dessa relação. Uma destas situações foi apresentada na jornada pedagógica realizada em abril de 2010. O professor responsável pela alfabetização dos estudantes indígenas, orientado pelo coordenador pedagógico demonstrou como faz o acompanhamento do processo de alfabetização, pautado na teoria das etapas de letramento desenvolvida por Emilia Ferreira¹. Em forma de gráficos o professor demonstrou o acompanhamento feito, trabalho meticuloso e seriamente desenvolvido e que alcança resultados significativos segundo o coordenador pedagógico.

No intervalo, interroguei o professor sobre a tentativa de fazer todo aquele processo utilizando, em vez de palavras da língua portuguesa, palavras da língua Tembé, considerando que a maioria das crianças em fase de alfabetização fala Tembé em suas casas. O professor retrucou que talvez não desse certo porque

¹ Cf. FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. PortoAlegre: Artes Médicas, 1985.

“eles tem muita dificuldade no português imagine na língua” (anotações do diário de campo)².

A situação não foi aqui retomada para discussão do método, mas para ilustrar o distanciamento entre escola e comunidade, já que o professor estava desconhecendo uma das características mais marcantes da comunidade do Teko Haw, que é o uso da língua Tembé.

Se considerarmos que o currículo é uma construção social, e que o corpo de disciplinas de uma matriz curricular são reflexos das opções dos projetos políticos defendidos pelo grupo que está encarregado de discuti-lo e implementá-lo, este grupo precisa responder com clareza aos questionamentos feitos por Chervel (1990),

Qual a concepção de conhecimento daquela sociedade (delimitar: uma cidade, um grupo social)? Qual a sua concepção de diferenças culturais? Isto é, quem é o outro que precisa ser educado? Qual a sua concepção de professor? Isto é, quem eram, como eram contratados e formados e o que se exigia dos professores? Quem era excluído/incluído por essa cultura? Que instrumentos eram indicados para o professor? Como eles eram usados? (apud PESSANHA *et al*, 2004, p.3).

Para tais questionamentos, considerando a matriz curricular desenvolvida na escola da aldeia Teko Haw, as respostas estarão sempre deslocando a vida da comunidade a um plano secundário. Para ilustrar, se destacamos a pergunta: *que instrumentos eram indicados para o professor?* A resposta indicará sempre instrumentos pouco ou nada alinhados com os conhecimentos desenvolvidos na comunidade indígena. Portanto, ao considerarmos a questão curricular pode-se afirmar que a relação entre escola e comunidade indígena tem como característica o distanciamento. Com o intuito de aprofundar um pouco mais a relação entre escola e comunidade, elencaram-se eventos ocorridos na aldeia e que tiveram relação direta com a vida da escola. Eventos que foram testemunhados ou são relatos realizados pelos professores e coordenadores pedagógicos, como também, pela coordenação geral da educação escolar indígena no município de Paragominas. No entanto, os eventos não serão a única fonte para tentar responder as questões sobre a relação tema do presente capítulo.

Há uma situação recorrente e intrigante quando se analisa o quadro de atendimento às escolas no município: o número de escolas nem sempre é

crecente, no entanto, a localização e nome das escolas passam por sucessivas modificações, umas desaparecem, outras surgem. Estas mudanças são oriundas de diversas divisões internas que ocorrem no interior dos grupamentos que formam as aldeias Tembé do Gurupi. Inicialmente, este fato não se mostrou como chave esclarecedora para a questão alvo do presente estudo, mas da convivência com os Tembés, principalmente com os professores, o dado passou a ser revelador, ajudando compreender a relação entre escola e comunidade. Os professores itinerantes, percebem as divergências existentes entre as lideranças das diversas aldeias onde as escolas estão localizadas, sobretudo no que diz respeito a condução de determinadas situações, como por exemplo, a captação e distribuição de recursos alocados para projetos que são desenvolvidos pelo governo federal ou municipal junto as comunidades. Divergências essas que findam por influenciar o modo como as lideranças se relacionam com a escola e por conseqüência com os que nela atuam. Um exemplo disso é que se um professor desenvolveu um projeto em uma aldeia e queira replicá-lo em outra, poderá ser aconselhado a não fazê-lo, sem muitas explicações.

6.1. Escola, comunidade e Política

6.1.1. O faccionalismo Tembé e as escolas indígenas de Paragominas

A superficialidade das relações entre sociedades indígenas e a sociedade brasileira em geral desenvolveu, nesta última, a mentalidade de que índio é tudo igual, desconhecendo as peculiaridades das diversidades étnicas. Essa mentalidade sobre a unidade indígena traz embutida em si duas outras características da alteridade formada pelos não índios: a ingenuidade e incapacidade de se desenvolver como sujeito político, desconhecendo assim, a disputa pelo poder que ocorre no seio das comunidades indígenas e que resulta muitas vezes, em dissolução ou desmembramento de algumas aldeias, o chamado faccionalismo.

Faccionalismo pode ser entendido como o processo de divisão interno de uma aldeia, formando novas aldeias, ou novos grupamentos normalmente com membros da aldeia dividida ou juntando-se com outras facções de outras aldeias. Curt Nimuendaju em suas incursões faz referência a este movimento muito presente nas nações Timbira; Arruti (2002;1995) e Nakashima (2009) ambos ao

estudarem os Pankararus em PE também debruçam-se sobre o tema. Arutti argumenta que a política de ocupação do nordeste sob a inspiração da perspectiva integracionista, incentivada inicialmente pela coroa portuguesa, passando por Pombal e chegando a FUNAI foi a grande responsável pela dispersão dos indígenas no Nordeste. Pode-se dizer que o faccionalismo indígena do Nordeste tem facetas de uma diáspora nos moldes bíblicos, ou fazia parte da política indigenista. No entanto a década de 70 irá conhecer a

emergência de comunidades que têm passado a recusar os rótulos de “trabalhadores rurais” e de “caboclos” para se identificarem, como “remanescentes indígenas” e, desde o início dos anos 90, como “remanescentes de quilombos (ARRUTI, 2008, p.1).

Superada a fase da política indigenista desintegradora hoje o faccionalismo está mais ligado a política indígena, a busca pelo reconhecimento como liderança local e a disputa pelo reconhecimento da identidade étnica (Nakashima op.cit).

A referencia aos Pankararu e aos estudos sobre o faccionalismo serve para situar a questão em termos políticos e não somente considerando que o mesmo tema não é estudado, nem cogitado nos estudos realizados sobre os Tembés e que não são poucos, apesar de que na própria referencia aos Tembés normalmente se trata os “Tembés do Gurupi” e os “Tembés do Guamá”, demonstrando compreensão da divisão existente, no entanto a problematização sobre a mesma é pouco estudada. Exceção feita aos estudos do IBASE que tratam sobre a questão e a relacionam com a prática do casamento ou da impossibilidade da manutenção da famílias extensas.

Os Tembés no Pará estão localizados em três ambientes completamente diferentes e distantes entre si, Como apontado no mapa (mapa 2) são 20 aldeias na RIARG e uma no município de Tome- Açú e cada uma delas com autonomia econômica e política. No caso específico dos Tembés do Gurupi o faccionalismo persiste e tem sua origem na política indígena, no entanto no presente trabalho não nos foi possível aprofundar a temática, afinal não era objetivo do mesmo, no entanto o tema se fez presente ao se tratar da relação ente escola e comunidade, pois o mesmo tem reflexo e interfere sobremaneira na política educacional do município como também no cotidiano e no humor dos professores, ou melhor na forma como os mesmos se relacionam com a política indígena e mais que isso, explica o uso político que as comunidades fazem da escola.

Quando os professores indígenas foram perguntados sobre a importância da escola para suas comunidades, as respostas sempre apontavam para a ajuda que a instituição daria ao reconhecimento dos seus direitos.

Na sociedade de indígena a escola é importante porque através dela que agente tem o reconhecimento. Reconhece o direito da gente. (prof. Armando)

A educação que eu acho pra nós porque ela traz vários conhecimentos. Na educação a pessoa tem que valorizar a tradição a cultura e a cultura não só da pessoa dos outros povos também. Com a educação a gente tem respeito, valorização diante da própria comunidade não só dentro, mas fora. Hoje a coisa que mais traz educação assim que eu no Teko Haw, antes era uma coisa assim, não que tá hoje. Quando a educação entrou hoje, principalmente no nosso mundo na nossa cultura que evoluiu mais, tão fazendo pesquisa em cima disso tinham pessoas lá que valorizavam mais e hoje [...] acho que com educação acontece várias coisas. (prof. Carlos)

Eu acho importante porque nós tem nossa educação, nós tem nosso conhecimento mas é um conhecimento que serve pra nós o povo Tembê. Cê chega lá na aldeia cê pede pra qualquer um parente lá e pede pra ele te contar uma história ele te conta uma história muito bonita pra você. Mas a nossa necessidade de tá saindo lá da aldeia precisa da educação do branco, porque no mundo hoje dos brancos é a caneta. Você só consegue alguma coisa se tiver com a caneta. Só consegue alguma coisa se tiver esse conhecimento do branco. Nosso conhecimento fica quando a gente sai da aldeia, ele só serve lá na aldeia, não quer dizer que nosso conhecimento não tem valor. Mas o nosso conhecimento índio não serve pra vocês, só se você for pra lá junto com nós porque você vai tentar entender nosso conhecimento. Aqui na cidade, a arma do branco hoje é a caneta. Nós temos outro modo de vida diferente. (prof. Mateus)

A educação é pensada não como realização pessoal, reconhecimento social oriundo do acúmulo ou do tempo em que teve contato com o conhecimento socialmente reconhecido como importante, como o é, muitas vezes, em sociedades não índias, é muitas vezes buscada como ferramenta a ser usada no enfrentamento da sociedade que não reconhece o direito à diferença e assim, quando o professor Mateus utiliza a metáfora da caneta como arma resume de forma simbólica como os Tembês percebem a relação entre índios e não índios ou toda a história dessa relação que, se nunca proclamou um vencedor, continuamente apresenta o “inferior”, ainda que o faça usando como medida vida e valores dos brancos. De um modo geral este seria o papel da escola nas comunidades indígenas, ser um instrumento que, se não os coloca em simetria, serve como defesa frente aos ataques dos brancos. A apropriação e utilização deste discurso se repete em outras etnias que lutam por manter a escola em seu cotidiano da aldeia, como pode ser ilustrado pela afirmação de Weigel (2003) quando de estudo semelhante desenvolvido entre os Baniwa (2003, p. 6)

a consolidação da escola como um espaço em que seria possível aos Baniwa tomarem posse de códigos e linguagens, tão necessários para as relações com os brancos. Segundo depoimentos, através disso seria possível conhecer a vida dos brancos e, então, saber como lidar com eles; poderiam falar português, isto é, comunicar-se com os brancos e não deixar-se confundir por eles. O domínio desses elementos simbólicos significava não só um instrumento de defesa, mas também de autoconfiança e de auto-estima, na medida em que podiam colocar-se em pé de igualdade com os brancos, transitando nos mesmos campos simbólicos e manipulando os mesmos códigos.

Assim este discurso do enfrentamento e da valorização do próprio conhecimento compõe a política externa indígena da maioria dos povos. Discurso adquirido, ou desenvolvido ao longo do processo de organização do movimento indígena no Brasil destacando-se o movimento dos Professores Indígenas que muito vem contribuindo para que a invisibilidade destes sujeitos no desenvolvimento e implantações de políticas educacionais indigenistas seja, se não dirimida, minimizada.

No entanto a escola não serve para os indígenas somente para enfrentar os não indígenas, a instituição também é instrumento na política indígena interna entre as aldeias Tembé do Gurupi, isto é, nas relações intra-étnicas. Quando ocorre a divisão de um determinado grupo, a facção que se desmembra de uma aldeia passa a ter o status social de “povoado”, que não correspondem na prática ao que o IBGE aponta como sendo um

setor situado em aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. *Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas;*³

A população local, ao contrario do IBGE, entende povoado como inexistência de número mínimo de serviços ou equipamentos. Povoado tem conotação pejorativa indicando, muitas vezes, incapacidade de melhoria de vida. E neste cenário é que entra o uso político da escola, pois um dos primeiros movimentos daqueles que se fundaram novo “aglomerado” (termo do IBGE) é reivindicar a implantação de uma escola. É como se a escola tivesse o poder de transformar o povoado em Aldeia, pois o que antes era apenas povoado, passa a

³ <http://www.sei.ba.gov.br/> grifo meu.

ser aldeia pois a nomenclatura passa ser “Escola da aldeia...”. A escola, portanto, transmite ao povoado um novo status.

Em termos de sobrevivência, um posto de saúde seria mais benéfico para qualquer população mais isolada de um centro urbano, no entanto as exigências para implantação deste equipamento são maiores do que para uma escola. A escola pode ser implantada, sob a ótica dos mesmos, com um mínimo necessário podendo funcionar até mesmo na casa de algum dos moradores ou em alguma construção de pau-a-pique construída pelos próprios moradores.

A não implantação da escola significará pouca ou nenhuma expressividade política da liderança, assim a idéia de que a escola serve para que os “indígenas tenham consciência de seus direitos”, pode ser entendida como a escola nos dá o direito de ser percebidos como comunidade que possui força política. Já que o tema dos direitos dos indígenas, não é discutido entre os professores não indígenas e nem os conteúdos desenvolvidos nas disciplinas e registrados nos diários de classe apontam nesta direção, pode-se concluir que “com a educação (escola) a gente tem respeito, valorização diante da própria comunidade não só dentro, mas fora” (prof. Carlos).

Figura 15. Comunidade preparando espaço para abrigar a escola da aldeia



Fonte: Arquivo da Coordenação da EEI de Paragominas

Esse conteúdo político da escola ainda não é claramente percebido pelos professores não indígenas nem pelos dirigentes municipais. Quando questionados sobre o possível status que a escola daria a aldeia o dirigente assim se posiciona

Não, eu não acho assim. Mas hoje ela já é vista dessa maneira. Já existe um comparativo entre uma comunidade e outra “na minha escola já tem uma quadra, na nossa escola já tem computador, na nossa escola já tem energia elétrica”. Lamentavelmente já tem esse comparativo entre os indígenas e mais lamentável é que existem educadores que reforçam isso, ah tipo assim, “tu vai dar aula lá naquela aldeia onde a escola é ruim” e fazem isso na presença dos indígenas o que reforça mais ainda essa comparação, que não é legal. (Luther, novembro de 2010)

A fala do coordenador constata que as comparações feitas pelos indígenas são percebidas pelos professores de forma circunstancial não de apelo político, ou seja, demonstrando duas idealizações i) do papel da escola, ii) da ingenuidade ou falta de maldade (entendendo a política como algo negativo) nos indígenas. A comparação entre as escolas é fato, a interpretação dada a esta comparação é que demonstra a idealização do tipo “não façam isto na frente dos indígenas que eles acabam aprendendo”, ou seja, o bom selvagem e a política como sinônimo de ação nefasta ressurgem sem que os próprios dirigentes as percebam.

As comunidades indígenas do Gurupi, fazem uso político da escola tanto para o contato com as comunidades não indígenas, quando buscam nela os conhecimentos desenvolvidos pelos não índios e fazem dela um instrumento de política indígena interna, pois a mesma, o modo como ela se apresenta, tamanho, ou melhor quanto mais estiverem equipadas como as escolas da cidade tanto melhor elas são e assim demonstram para os seus a força que a comunidade tem.

Este dado sobre o uso para política indígena interna aos povos do Gurupi, ainda não está suficientemente explorada, a secretaria de educação, não se percebeu deste uso, no entanto atualmente segundo o coordenador pedagógico:

A gente está vivendo uma situação bem complicada, pois a aldeia Sussuarana tem somente 22 alunos e ela está situada a menos de 20 minutos da aldeia Cajueiro que tem melhor estrutura, mais salas de aula, ensino de 5ª a 8ª e médio. Na Sussuarana só tem uma sala de aula a classe é multisseriada. Se eles forem todo dia para o Cajueiro ficaria mais barato pra prefeitura e pra eles também, pois não precisariam manter o professor, mas eles não querem. Eles dizem que querem ter a escola deles e que no Cajueiro eles não preservam a língua (Prof. Osmar, maio de 2010).

Se de fato o objetivo fosse apenas o acesso ao conhecimento dos brancos, nada impediria esta comunidade de deslocar seus filhos até a aldeia cajueiro, mas este gesto pode significar perda política para a liderança que ultimamente vem despontando como uma das mais articuladoras entre os Tembés do Gurupi, chegando a comandar e ser porta voz da delegação dos Tembés no Fórum Social

Mundial. Para ele e para a comunidade depender de outra aldeia tem um significado muito maior do que o acesso ao conhecimento repassado na escola do Cajueiro.

A aproximação sobre o fenômeno do faccionalismo e sua visibilidade ao estudarmos este grupo, demonstra o desconhecimento que a utilização do genérico Tembé representa. Tembés se refere sempre ao adjetivo pátrio como brasileiros, no caso específico do Gurupi o termo Tembé designará a diversidade interna desse grupo, isto pensando somente os do Gurupi. Capturada que foi por estes agentes a escola se tornou uma espécie de diferenciadora e ao mesmo tempo aglutinadora. Aglutina quando se torna espaço que possibilita a todos o acesso ao conhecimento dos não índios, mas diferencia quando os grupos a tomam como instrumento de afirmação frente às outras aldeias.

6.1.2. Acesso a ramada

Como relatado anteriormente, a Ramada é o local de reunião dos Tembés do Teko Haw. Considerando que neste espaço ocorrem as tomadas de decisões que podem atingir a aldeia como um todo, ela pode ser considerada o parlamento da aldeia. Nela ocorrem estas decisões mas também é espaço para rituais, cantorias ou festas, eventualmente um professor a utiliza para culminância de alguma atividade desenvolvida com os alunos e que se quer dar visibilidade ao mesmo na comunidade⁴.

Ainda que seja espaço onde rituais acontecem, não se pode afirmar que a distinção entre dois mundos desenvolvida por Eliade (1992) quando acessa os conceitos de sagrado e profano, dando ao primeiro a aura de ambiente proibido e propício as hierofanias, possa ser utilizado sobre a ramada e o restante da aldeia. Lá, a qualquer momento, desde que não esteja ocorrendo reunião da comunidade, o acesso é livre, as crianças brincam, sentam pra conversar, ouvir musicas, é um espaço de reuniões informais.

⁴ Os trabalhos apresentados na ramada sempre estavam voltados para as tradições da aldeia, durante nosso estudo pudemos presenciar dois destes trabalhos um da área de história e outro de Educação Artística.

Figura 16. Crianças da aldeia Teko-Haw na ramada



Fonte: acervo pessoal

Considerando a questão do poder se pode identificar diferenças entre a escola e a ramada. Na escola o poder está dividido entre professores e indígenas. Nos professores porque os mesmos detém o conhecimento que serve aos indígenas no contato com os não índios. E nos indígenas porque são “donos da escola” e por compreenderem que a mesma esteja a seu serviço. Na ramada, por conseguinte, o poder está concentrado exclusivamente nos indígenas. Para se estar nela, nas ocasiões formais, só sendo convidado e este convite pode vir com duas características básicas: cobrança, ou como consultor/expectador.

Os professores já experimentaram ambas situações. No entanto as de cobrança deixaram marcas mais fortes. Duas situações foram relatadas onde a cobrança ficou evidente. Uma ocorreu no ano de 2008 envolvendo um só professor motivada pela desconfiança sobre um possível relacionamento amoroso entre o referido professor e uma moça da comunidade, aluna da escola “A sensação é de muito medo, mas como não haviam provas suficientes, apenas desconfiança, nada ocorreu”(prof. Carlos).

A outra situação deu-se no início do ano letivo de 2009. Três professores que estavam na escola foram convocados até a ramada para prestar esclarecimentos sobre a redução da quantidade de merenda escolar. A motivação para a convocatória parecia um tanto quanto tranqüila, mas não foi esta a sensação

repassada pelos depoimentos dos professores. O professor Domingos confirmou o clima tenso e disse: “eu já estava com o meu facão a postos, qualquer coisa corria aqui na escola”. Os professores tiveram que explicar que a redução deu-se por causa da nova política da secretaria de educação em atender as escolas de acordo com o número de alunos e não mais por quantidade como era feita. A reação dos indígenas demonstra o grau de organização política da aldeia como também e principalmente o simbólico da convocatória como demarcação do efetivo controle que a comunidade quer exercer e exerce sobre a escola.

Na segunda narrativa, que tinha como pauta a questão da merenda escolar, as lideranças poderiam ter ido até a escola e solicitado explicações aos professores já que o assunto tinha relação direta com a escola. Não o fizeram porque fazem uso político da escola no contato com a sociedade em geral. Este uso fica evidente no depoimento do professor Mateus:

Eu disse para os professores lá da escola: se eu tiver que fazer alguma coisa na escola e que seja certa, mas que minha liderança pedir pra fazer diferente, de outro jeito, eu vou fazer de acordo com a minha liderança, pois a nossa etnia tem mais importância que a escola (05/04/2010).

As lideranças exercem um papel preponderante, uma capacidade bastante evidente na condução dessa relação com a sociedade e em especial no Teko-Haw esta liderança,

Já foi muito mais forte, a aldeia era completamente dominada por ele, as pessoas tinham medo, dele. Ele dizia até o dia que o professor entrava ou saía. Chegou ao ponto de uma vez o professor estar ardendo em febre e já estava na beira do rio para pegar a lancha e ele ir até lá e dizer você não sai daqui não. Foi preciso ir uma enfermeira pra cuidar do professor (prof. Claudio. Técnico da secretaria municipal. Depoimento colhido em conversa informal).

A referencia feita pelo professor é caso isolado, esta relação com excesso de autoridade não é padrão das lideranças, é localizada e caracteriza o modo específico de um personagem apenas. Mas a ela sempre se reportam como liderança que sempre soube “brigar” pelos direitos dos Tembés e pela manutenção das tradições como língua e rituais.

Outro papel desempenhado pela ramada pode ser ilustrado pela ocorrência narrada e recolhida em uma conversas informal com os professores normalmente após as refeições e com algumas crianças ao redor. Perguntei a um dos professores sobre a questão da disciplina, a relação com os alunos. Um dos

professores (prof. João) comentou que normalmente são bem comportados e atendem ao que lhes é solicitado, tem alguns que são mais “saidinhos”.

Uma vez um destes saidinhos veio me pedir uma bola e eu disse pra ele que bola só na sexta-feira. Então ele me respondeu: a bola é do governo. Eu fiquei olhando pro menino sem saber o que dizer. Apenas mandei ele ir embora. Depois eu fiquei rindo sozinho da esperteza do menino. Tem só 8 anos. (anotações do diário do campo).

Desconsiderando os comentários sobre o “atrevimento” enquanto indisciplina, o episódio representa a assimilação e utilização de um discurso sobre os direitos das comunidades indígenas. Diante da narrativa e considerando que a escola não trata sobre os direitos dos indígenas, impôs-se uma interrogação sobre a origem deste discurso. Certamente se origina das reuniões da ramada e que são repetidos em casa⁵ já que esse discurso é reiteradamente utilizado pelos membros da aldeia, o que na prática representa a compreensão sobre seus direitos e sobre as políticas governamentais em relação as comunidade indígenas no Brasil.

A ramada enquanto parlamento desenvolve também um papel político pedagógico. Dissemina em suas reuniões entre os membros da aldeia qual deve ser a postura em relação aos direitos que a comunidade possui e como devem exercê-los. Quando da realização de rituais a ramada proporciona acesso aos aspectos culturais, nas discussões sobre projetos a serem desenvolvidos pela comunidade, recursos disponíveis proporciona e serve como aprendizado sobre o fazer política indígena no Brasil e em Paragominas. A questão política, a consciência dos direitos e deveres não é menos importante que as cantorias.

Na região do Gurupi aldeia pra ser aldeia precisa de uma ramada, como nos confidenciou uma professora, “índio pra ser índio de verdade precisa falar na língua, ter ramada e cantoria, esses outros se dizem índio, mas pra mim não são não⁶” (prof. Lucia).

6.1.3. A escolha de Tayná e o protesto na e pela escola – Cinema e política indígena

Na jornada pedagógica realizada em março de 2010 com os professores indígenas, um dos assuntos mais comentados era a escolha de uma aluna da escola da Aldeia Teko Haw como protagonista do filme Tainá que está sua terceira fase.

⁵ Nas reuniões na ramada as crianças tem livre acesso podendo entrar e sair quando quiserem.

⁶ Nota do diário do campo

A atriz foi escolhida como aponta a reportagem supra após intensa seleção. E a seleção final que contou com 12 meninas e após uma semana de testes Winaru⁷ Tembé foi finalmente escolhida.

O diretor em uma das diversas entrevistas que concedeu ressaltou que o filme certamente mudará a vida de Winaru, no entanto o diretor não poderia prever que também poderia modificar um pouco da história da escola da aldeia. Nem o diretor nem a comunidade dos professores não indígenas podia supor os reflexos deste evento.

Figura 17: Wiranu Tembé, atriz do filme Tainá 3 ainda em produção



Fonte: Estadão.com.br

Este seria mais um filme, esta menina seria mais uma menina retirada da aldeia. No momento em que a produção do filme foi conhecer a aldeia em que vivia Winaru e fazer algumas tomadas para utilização posterior no filme, o fez acompanhada de uma grande número de repórteres atuando para a rádios, televisões e jornais do município e do estado. Em determinado momento de aparente pausa no agito de fotógrafos e câmeras, inclusive dentro da escola para registrar Winaru em seu ambiente escolar e junto aos colegas de escola, a liderança local aproximou-se dos profissionais da mídia e solicitou a presença dos mesmos nas acomodações da escola. Convite que foi de pronto aceito.

⁷ Winaru = ema e estrela (Cf. BOUDIN, Max. Dicionário de Tupi Moderno – Dialeto Tembé Tnetehar do alto do Rio Gurupi)

Dante das câmeras a liderança junto com os seus, derrubou parte da escola, na realidade uma parte do telhado que estava em péssimas condições de conservação, na verdade prestes a cair a qualquer momento. Após o ato a liderança concedeu entrevista denunciando as péssimas condições da escola o que também pode significar descaso da prefeitura com a vida da comunidade.

No dia posterior a matéria foi ao ar e causou impacto na cidade, ou seja, a comunidade havia alcançado seu objetivo que era chamar atenção da população não indígena sobre a situação da aldeia. O prefeito reagiu ressaltando a falta de responsabilidade da liderança em derrubar a escola como também a reincidência da liderança em cometer atos violentos, ou seja a prefeitura aceitou a provocação. O gestor municipal defendeu-se lembrando que já havia projeto de reforma para escola, mas que a comunidade não soube dialogar nem teve paciência.

O resultado disto é que as obras da reforma da escola já foram iniciadas inclusive com a inclusão de quadra poliesportiva, e com novo formato. A liderança foi convocada para exercer a função de coordenador da Educação Escolar Indígena na URE (Unidade Regional de Educação) que é uma espécie de núcleo avançado da Secretaria estadual de Educação.

O fato descrito foi presenciado por um dos coordenadores pedagógicos que foi notificado com antecedência de minutos do que iria acontecer junto com a notificação foi avisado para acalmar os professores de que nada ia acontecer a eles. Importante notar que informalmente perguntei ao coordenador a opinião do mesmo sobre o ocorrido e obtive como resposta aprovação irretrista às atitudes tomadas pelas lideranças, o coordenador concorda com a liderança que a escola não estava em boas condições e a melhoria na estrutura física da escola significa, por conseguinte, melhoria para as condições de vida dos professores principalmente no que tange o quesito residência.

Caberia um estudo específico sobre a liderança da aldeia Teko Haw, ou sobre sua personalidade e carisma de liderança política, sobre como construiu naquela região a imagem de durão sendo respeitado, pode-se dizer temido, até mesmo pelas outras lideranças indígenas. Um professor não indígena (Paulo) narrou um fato que demonstra a relação com as outras lideranças:

Quando nós fomos para Conceição do Araguaia participar dos jogos indígenas, tinha um ônibus só para levar o pessoal do Teko Haw então quando nos já estávamos todos lá dentro do ônibus disseram que os índios da aldeia ... iam também, então ele disse que aquele ônibus só ia levar o pessoal da Teko Haw, a

gente viu seu Gonçalo (fictício) atrás da árvore e nem foi lá pra peitar a liderança do Teko Haw

O episódio da escolha de Winaru demonstrou a capacidade da liderança local em se utilizar das ferramentas dos não índios em favor da comunidade ou de inverter o jogo do encontro entre as duas culturas. Se a cultura não índia veio com toda sua parafernália eletrônica e iria (vai) se utilizar da imagem de índios como “defensores da natureza” ou de inteiramente integrados a natureza que o filme reforça, os líderes locais se valem desta mesma parafernália e denunciam o que a outra cultura está fazendo com eles, ou a situação de abandono em que estão alocados.

É um encontro de forças bastante assimétricas mas que por instantes encontrou simetria. A simetria ocorre somente porque um membro da comunidade tem capacidade de transitar entre ambos espaços, compreende o funcionamento tanto de uma sociedade quanto de outra. Há na liderança a presença de códigos compartilhados, o que não se replica no restante da comunidade e muitas vezes nem no corpo de professores.

A atuação da liderança durante o evento ratificou que:

Dentro dos parâmetros, sociais culturais e ecológicos assim estabelecidos, as pessoas decidem seu modo de agir baseadas no que é melhor para elas e não, como os funcionalistas estruturalista nos fariam crer, somente baseadas nas normas de comportamento aceitas e sancionadas. Portanto o homem é também um manipulador, um operador com interesses próprios, do mesmo modo que um ser moral. Ou seja, ele está constantemente tentando melhorar ou manter sua posição escolhendo entre rumos alternativos de ação. (BOISSEVAIN,1992, p. 203)

Pelos desdobramentos da ação, (melhoria da escola e tornar-se coordenador) é inegável a capacidade de agenciamento da liderança, e a utilização da escola como meio de pressão política e de melhoria de posição como liderança entre as outras aldeias e demonstração para os professores de preocupação com a melhoria da escola. Ainda que tenha colhido a reação pouco amistosa do prefeito, a liderança percebe a força que tem diante do prefeito já que nem mesmo perseguição política pode desencadear sobre os indígenas. No entanto a prefeitura não poderia objetar que a reivindicação dos indígenas era legítima, mas ainda assim partiu para o embate, o que de certa forma, dentro da comunidade indígena gera dividendos políticos.

6.2. Escola, comunidade e Cultura

O calendário escolar brasileiro, de maneira geral, aloca sempre um espaço de suspensão das aulas no período chamado de Semana Santa. A suspensão das aulas ocorre normalmente na 5ª e 6ª. feira, é um feriado vinculado ao calendário católico como a maioria dos feriados brasileiros. A aldeia Teko-Haw, como descrevemos no capítulo terceiro também comemora a Semana Santa, ainda que o conteúdo e o tempo de paralisação das aulas não seja o mesmo do restante da população brasileira.

Em Teko-Haw são duas semanas em que a escola fica sem nenhuma atividade. Na semana antecedente a Semana Santa os alunos acompanham os pais, na caçada ao jabuti e as mães não permitem que os menores, aqueles que ainda não podem ir caçar, freqüentem a escola, ficando a mesma somente com os professores.

Este esvaziamento de alunos e a permanência dos professores na escola faz desse período um acontecimento bom pra pensar a relação entre escola e comunidade. a secretaria municipal contabiliza estes dias como dias letivos mas para caracterizar este período como letivo obriga os professore a permanecer na aldeia ainda que não tenham “nada” para fazer,

A gente fica inventando alguma coisa para passar o tempo já que não pode pescar. A gente saiu pra conhecer umas cachoeiras aqui perto, que são a coisa mais linda, passamos o dia pra lá. Fomos até o Canindé pra visitar nossa colega que tá por lá e lá ela já levou a gente pra conhecer outro lugar e assim a gente vai passando o tempo (professor João. Semana Santa 2010).

Essa luta contra o ócio “imposto” pela comunidade não é bem aceito pelos professores porque os mesmos não compreendem e não aceitam a necessidade de duas semanas sem nada fazer e tendo que permanecer “dentro⁸”.

Estas duas semanas demonstram o descompasso que há entre as orientações da secretaria e a vida da comunidade, ou melhor uma demonstração de incompreensão sobre a vida da comunidade, o burocrático se sobrepõe ao cotidiano da comunidade e ainda que não consiga,mas de maneira inconsciente, porque naturalizada, a permanência dos professores na escola quando esta não está habitada por aqueles que são o alvo principal da atividade nela desenvolvida

⁸ Expressão utilizada pelos professores para designar o tempo em que estão nas aldeias, em oposição ao termo fora que é o tempo em que os professores estão fora das aldeias.

que são os alunos, soa como uma resistência e a negação da autonomia da comunidade em ter seu próprio calendário, contrariando o que prevê o PNE:

Assegurar a autonomia das escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola (MEC, 2000, p. 98).

Autonomia que é princípio de uma relação intercultural simétrica, porque dialógica e que não invisibiliza o outro e que

tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro. O diálogo, por isso mesmo, não nivela, não reduz um ao outro. Nem é favor que um faz ao outro. Nem é tática manhosa, envolvente, que um usa para confundir o outro. Implica, ao contrário, um respeito aos sujeitos nele engajados (FREIRE, 1993, apud OLIVEIRA, 2008, p. 118).

Pode-se objetar que a escola não impede os alunos de participarem da semana santa de acordo com a tradição da comunidade, apenas os professores permanecem na escola. No entanto há um clima de pouca aceitação por parte dos professores que pode ser evidenciada com a afirmação do João (abril 2010)

Não sei porque eles querem uma semana santa tão extensa, sem aula, se eles não tem nenhum momento em que param pra fazer alguma cerimônia, alguma oração. Só fazem é atrasar o calendário e deixar a gente aqui sem fazer nada, agora me diga pra quê?

Além da evidencia desse pouco diálogo da escola com a cultura da comunidade, as lideranças do Gurupi desencadearam movimento no sentido de produzirem um calendário específico sobre o funcionamento da escola e, o mesmo professor que produziu a reclamação acima assim se referiu ao fato de um calendário específico pedido pelas lideranças:

Sim, eu vejo essa participação deles no calendário letivo positivo, porque eles falam sempre que nós brancos temos o nosso calendário a ser seguido, aquelas datas que são comemorações, que são feriados, e eles também tem as datas que são importantes para eles e que não estavam sendo respeitadas antes de acordo com o nosso calendário. Por exemplo, dezembro eles fazem uma festa de São Benedito, então eles se sentem mais a vontade se o branco não estiver por lá, tanto é que o nosso calendário não se estende até essas festas, que a partir do dia 10 eles já começam a preparação destas festas. (abril de 2010)

E quando indagada se esta ação vai ajudar na melhoria da qualidade educação ele assim se expressa:

Com certeza a gente respeitando, eles respeitam o nosso calendário e a gente respeita o deles, então a partir daí que forem unificados esses dois calendários vai ficar bem melhor para se trabalhar.

Ao mesmo tempo em que refere-se a respeito fala em unificação de calendários, desconhecendo que a legislação sempre se refere a específico e não a compatível, nem unificado.

O discurso do professor em muito se assemelha ao da coordenação quando trata do mesmo tema:

Nosso calendário letivo é adequado a realidade das comunidades de modo que as aulas urbanas aqui da cidade começam mais ou menos dia 30 de janeiro, as aulas da rural já começam mais ou menos cinco dias depois que começam na urbana e as aulas do indígena já começam cerca de duas semanas depois, porque nós entramos sentamos com eles a gente vê as datas comemorativas que eles têm e respeitando a cultura, essas datas é que a gente elabora o nosso calendário, nós somos o último departamento a apresentar o calendário na secretária de educação porque o calendário é feito exatamente respeitando a cultura, e não vejo porque ter nenhum atropelo. O calendário é feito respeitando os 200 dias letivos levando em consideração todas as datas que eles consideram importantes para comemorações, feriados etc. (Luther, 09/2010)

O fato de sentar com as lideranças antes de iniciar as aulas inegavelmente é um momento de respeito a “cultura”, como ressalta a coordenação, no entanto o que prevalece é a carga horária e mais uma vez se retoma a idéia de institucionalização (Berger et Luckmann op.cit). Se algum dia a comunidade indígena conseguir de fato implantar uma escola indígena em seu sentido pleno, certamente, a instituição calendário letivo, tempo escolar será um grande obstáculo a ser ultrapassado. O Referencial Curricular para Educação Indígena (RCNEI) já alerta sobre a possibilidade de excessos sobre o calendário, carga horária. O documento defende que o detalhamento muito específico é entrave para construção da escola como espaço que atende às particularidades da vida dos povos indígenas. Isso exigirá dos sistemas abertura e criatividade para desencadear o dialogo entre os sistemas e a especificidades das escolas indígenas, afinal,

Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. Uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no atendimento a demandas particulares colocadas por esses povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades. (MEC, SEF, p. 22)

A falta de problematização e a aceitação tácita dos fatores burocráticos, demonstram que a comunidade escolar, seja indígena ou não, ainda levará um tempo para repensar estes elementos, para desnaturalizá-los e olhá-los como elementos mutáveis e que fazem parte do processo de escolarização que foi pensado de forma localizada e recebeu todas as influências de circunstâncias históricas.

Interessante notar que o mesmo professor que se sente incomodado com “fazer nada” na Semana Santa, quando perguntado, em entrevista, *se a escola ajuda a manter, ou inibe as tradições da aldeia? Como ela faz isso? E se tu já trataste de alguma dessas tradições, pescar, caçar ou algum tipo de festa e nas suas aulas?* Assim se posiciona:

A escola no meu ponto de vista não inibe, e sim até ajuda um pouco a manter. Se inibe é muito pouco, não dá para interferir no modo de vida deles. Agora em relação, na semana santa 70% dos nossos alunos têm duas semanas para estar fazendo isso, caçando, pescando, então a evasão em sala de aula é muito grande. Então como esse aluno não está presente em sala, nós estamos respeitando uma tradição deles onde eles têm que caçar, pescar, na volta desse aluno a gente pede relatório, pesquisa de como foi essa pescaria de como foi essa caça, o que ele pescou, o que ele caçou, e a gente junta isso e faz aquela pesquisa, faz aquela interação em sala de aula depois da semana santa. (abril de 2010)

Sobre a mesma indagação a coordenação assim se expressa:

Em algumas partes em alguns momentos ela ajuda, mas quando ela inibe faz isso com mais força mais intensidade. O maior absurdo que eu encontrei na aldeia a respeito disso é você fazer uma festa, por exemplo, junina com a repicada do Chiclete com Banana que não tem nada a ver com o sertão nordestino, já é uma música mais eletrônica que já deixa de ser uma festa junina dentro de uma comunidade indígena, aí você usa uma festa que tem cunho junino, mas que não tem mais o teor junino dentro da realidade indígena, você cria uma confusão infernal na cabeça do índio, porque nem os nossos alunos estão mais sabendo realmente o significado da festa junina, você já leva isso mal elaborado para dentro da aldeia, desenvolve uma atividade dentro da aldeia, então você não está contribuindo para cultura e sim trazendo mais confusão para cabeça do índio. Eu ouvi uma frase de uma índia na aldeia Cajueiro onde ela reclamava que o aluno estava com pira, estava com coceira, e estava reclamando que o filho dela estava se coçando muito e outra índia que estava chegando de Paragominas disse assim “olha vai em Paragominas na farmácia x e compra remédio x eu fiz isso com meu filho”. Então eu pensei que ela ia receitar um chá, um óleo de alguma coisa do mato como copaíba etc. Mas ela receitou algo industrializado, totalmente fora da realidade, então essa interferência está muito grande, eu acho que a gente devia se preocupar mais em promover a educação indígena, promover a cultura melhor dizendo, e não levar para dentro da área indígena situações que venham inibir, que venham desvirtuar o índio da própria cultura e da própria realidade que ele vive, que aí ele está perdendo muito com isso. (Luther, setembro de 10)

A ausência dos alunos é pensada, pelo professor, como respeito a tradição, como se fosse uma deferência da escola para com a comunidade. A interpretação é que a comunidade, mesmo com a presença do professor na aldeia, o que quer dizer funcionamento da escola, praticamente a ignora e a ela sobrepõe as suas tradições, só restando à escola, forçadamente olhar para a tradição. A escola se rende, mas não sem resistência, tolera mas não dialoga, e o calendário é a prova disso. A coordenação, por sua vez, entende que a relação da escola com a comunidade no que tange as tradições é inibidora e que quando a inibe faz isso com mais força, mais intensidade”.

Os professores indígenas seguem a mesma linha de raciocínio do professor João, quando sugere que ao fazer estudos sobre as caçadas e pescas realizadas na semana Santa está ajudando na manutenção das tradições. Para eles a escola,

Ajuda. Antes a gente apenas fazia as coisas da aldeia. Agora com a escola a gente tem que fazer prova e trabalho sobre, as coisas, sobre as festas da aldeia, então as crianças vão pensando mais nas coisas da aldeia e isso faz o aluno querer as coisas da aldeia, as festas. (prof. Carlos, maio de 2010)

Ajuda, porque não só na comunidade como também na sala de aula através de demonstração tanto na escrita quanto na prática. Tanto na língua quanto nas festas. (prof. Armando, maio de 2010)

A educação é que nem televisão. A televisão logo que chegou em nossa aldeia lá, muitos só quer assistir novela, então mesma coisa é a educação, você vai olhar a educação que você aprendeu, é pra se beneficiar da educação é pra servir pra você, tem outros que vão usar a educação pra sacanagem, as vezes aprende só o que não presta. Coisa boa ele não aprende, mas coisa ruim aprende. Pra nós tem servido muito a educação, porque com essa educação a gente aprendido muito com a educação, aprendido muita coisa nossa por exemplo quando pergunta quando foi fundada a aldeia, qual foi o primeiro povo, como era chamada. Fazendo pesquisa com os nosso mais velhos perguntando como era nosso bem antepassado, o que eles usavam pra lavar roupa, pra tomar banho. Nós tamo descobrindo um bocado de coisa que se nossos velhinhos morrer vão levar tudo isso com ele e com essa educação a gente pode registrar, pode escrever pode bota no livro, pode deixar ali guardado porque quando o outro vir ele já pega, já lê vai conhecer também. Assim ela ajuda tem esse ponto bom, a educação do branco.(Matheus, maio de 2010)

Comparando as falas dos professores com o registro nos diários de classe dos professores não indígenas há um certo descompasso, pois a maioria dos diários de classe consultados poderiam ser de salas de aula da cidade, os conteúdos não correspondem ao que os professores indígenas fazem referencias. Talvez os professores indígenas estejam confundindo o que estudam no processo

de formação no Magistério Indígena, ou estas atividades não são devidamente anotadas nos diários de classe.

Há nas falas a demonstração de outro uso da escola, como espaço de resgate da memória, de festas da comunidade e de etnoconhecimentos. Mas ao perceberem esta importância da escola para sua comunidade, entendem que a escola por si só não garante algo na direção do que foi apontado. A escola estando na aldeia pode se manter como um corpo estanho, sem se voltar para a comunidade. Para que a função pensada pelos indígenas ocorra é mister que a escola desenvolva atividades nesta direção, como aponta o RCNEI,

Para dar existência, então, a uma proposta de escola indígena conforme expressa por seus professores, passa a ser necessário que eles e seus assessores tracem metodologias de pesquisa que envolvam um trabalho coletivo, resultado de um compromisso com a comunidade, a qual, discutindo com seus alunos e entre seus parentes, vai definindo os atuais e futuros rumos de um projeto educativo, como parte dos demais projetos comunitários. Não há dúvida de que isso passa a exigir o acesso a novas fontes de conhecimento, a espaços e metodologias de pesquisa, para os quais os desafios e exigências são grandes e complexos.(GOMES, 2008, p.65)

A semana Santa na aldeia Teko Haw é um componente importante para a comunidade, integra parentes que estão em morando em outras aldeias e que voltam nesta semana para ficar saboreando o jabuti, jogando baralho, bebendo café⁹ e conversando na ramada, mas a relação da escola com este momento ainda é pouco de valorização, apesar dos trabalhos realizados em sala de aula. Mas as semanas santas dos Tembés do Teko Haw é um grande momento de manutenção de vida própria, o grande recado é de é a escola que está a serviço dos indígenas, é ela que tem que se adequar aos indígenas e não o contrário

A escola da aldeia Teko Haw ressoa constantemente a vida da comunidade, no entanto nem sempre este eco é bem vindo considerando as diversas reclamações dos professores quanto ao calendário letivo, quanto a interferência da liderança no cotidiano da escola, mas a relação é singularmente solidária. A comunidade apóia bastante os professores seja com mimos alimentícios (peixes, farinha, mandioca diversas caças), seja com momentos de visita a escola. As pessoas, constantemente entram na escola e puxam conversa com os professores e ficam longos momentos proseando com os mesmos durante longos momentos. A

⁹ Não vi nem ouvi sobre a presença de bebidas alcoólicas. Não quer dizer que os Tembés não bebam. Bebem, mas não nesta festa..

escola só esvazia de pessoas da comunidade no período da noite, quando o motor que fornece iluminação para a aldeia é desligado.

Um professor que não mais atua em escolas indígenas usou a seguinte expressão a “*a escola é o Shopping da aldeia, quando não se tem nada pra fazer em casa vão pra escola*” (Prof. Carlos 10/2010). Este estar na escola não tem conotação de vigilância é apenas habito comum na aldeia. Estas visitas renderam inúmeras informações para o presente trabalho.

A comunidade, portanto reconhece a importância da escola, mas não a prioriza em detrimento de suas tradições. A escola, por sua vez, ainda não consegue incorporar estas tradições e trabalhá-las de maneira tranqüila, sem tanta resistência.